

Hélio Bicudo

*Em entrevista para
A Classe Operária o
deputado federal
Hélio Bicudo (PT/SP)
afirma que as reformas
impostas ao país
violam a Constituição*
Página 4

Ano 71 - 6ª Fase - nº 135 - Agosto de 1995 - R\$ 2,00

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

REFORMAS POLÍTICAS AMEAÇAM DEMOCRACIA

Para implantar o projeto neoliberal no Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso procura restringir a democracia. Pretende a aprovação de uma legislação que dificulta a atividade dos partidos políticos vinculados ao povo. Cria com isso, um novo regime político, mais fechado, elitista e excludente, como afirma a nota da Comissão Política do PCdoB
Páginas 3 e 4

Referendo popular

Começa a ganhar força entre as correntes democráticas, a campanha em defesa do referendo popular sobre a reforma constitucional. Veja entrevista com o deputado Linfberg Farias (PCdoB/RJ)
Página 5

CONSTRUINDO O FUTURO do BRASIL



Programa Socialista do PCdoB

PCdoB faz Conferência, em Brasília, para debater Programa Socialista. Várias delegações estrangeiras estarão presentes

Página 7

Desindexação, sinônimo de arrocho e recessão



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Graciano
Página 6

VI Congresso da Conam definirá plano de lutas em defesa da cidadania

O VI Congresso Nacional da Associação de Moradores, além de eleger a nova diretoria da Conam, terá a responsabilidade de definir um plano de ação para o movimento comunitário, que amplie a luta contra o corte de verbas para a área social, determinado pela política econômica do governo e exija a execução de ações na área social, priorizando a geração de empregos, renda, moradia, educação, transporte e saúde.

O Congresso acontece de 25 a 28 de setembro, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, reunindo em torno de três mil lideranças populares.

Os problemas sociais estão se agravando, comenta Vladimir Dantas, presidente da Conam. "Essa situação exige posições firmes e decididas não apenas do movimento popular, mas de todos os segmentos que querem contribuir para melhorar as condições de vida da população e garantir o pleno exercício da cidadania".

Para unificar as posições em torno do plano de ação, as 27 federações estaduais, 550 uniões municipais e 15 mil associações de moradores em todo o país estão realizando encontros, seminários e congressos onde é debatida a pauta do VI Conam e as alternativas que podem ser adotadas para reverter o quadro de miséria do povo. "Estamos definindo nossas posições em defesa do povo, buscamos



idade é resultado da falta de política e de recursos para a área social", destaca Vladimir Dantas.

Canta Brasil pela cidadania

No processo de discussão das questões sociais e de formas de lutas que serão adotadas, o Movimento Comunitário faz, também, sua autocrítica, identificando que a falta de autonomia política e financeira são suas principais dificuldades.

O rompimento com essa situação começa o processo de captação de recursos para financiar a realização do VI Conam. Para pagar as despesas de hospedagem, alimentação e deslocamentos dos três mil delegados em Brasília, a Conam optou por realizar um show no Estádio Mané Garrincha, dia 2 setembro também em Brasília, com a participação já confirmada da banda baiana Olodum, o cantor e compositor Geraldo Azevedo, o grupo de pagode Só Pra Contrariar e o grupo de Rap MC Marquinhos e MC Dolores. O show, denominado Canta Brasil pela Cidadania, terá duração de seis horas e contará ainda com a participação de artistas de Brasília.

"Estamos ousando fazer uma super produção musical. Nossa expectativa é levar para o Estádio Mané Garrincha um público mínimo de 30 mil pessoas", explica Vladimir Dantas destacando os cuidados que estão sendo tomados na execução de todos os detalhes.

também novas parcerias como todos aqueles que querem sinceramente perseguir o caminho de uma sociedade justa e democrática".

Não há recurso para a área social

"O déficit habitacional no país é de mais de 14 milhões de moradias, mas o governo decidiu não destinar recursos no Orçamento da União para a execução de moradias. A política habitacional, saneamento básico e melhorias urbanas serão integralmente financiadas com recursos do FGTS. O dinheiro do povo, que é administrado pelo governo, será utilizado para pagar a agiotagem praticada pelos banqueiros", comenta o presidente da Conam.

As dificuldades na área de moradia se ampliam com a falta de recursos para a educação, saúde, baixos salários e o desemprego que cresce em todo o país. "Essa triste rea-

Nexhmije Hoxha: redução da pena

O Boletim contra a repressão na Albânia, editado pelo Comitê Nacional pela libertação de Nexhmije Hoxha e de outros prisioneiros políticos albaneses, em seu número de Abril noticia que a pena de sete anos à qual foi condenada a viúva de Enver Hoxha, teve uma redução de dois anos, através de um decreto presidencial publicado por ocasião do terceiro aniversário da vitória do Partido Democrático nas eleições presidenciais de 22 de março de 1992. O decreto reduz a pena de outros quarenta prisioneiros políticos.

O Comitê expressa sua alegria diante da medida mas reafirma que continuar a lutar pela libertação de N. Hoxha dizendo: "nós não aceitamos a sua condenação e não podemos aceitar que fique presa por mais três anos".

O Boletim traz um trecho da carta de N. Hoxha na qual ela comenta, a medida do governo reacionário albanês. Diz a viúva de Enver Hoxha: "Esta decisão é totalmente inesperada, pois minha pessoa nada tem a ver com o 22 de março. Eu não tomei parte nas eleições de 22 de março e considere a 'vitória' do Partido Democrático como uma calamidade para nossa nação e seu futuro, cujas conseqüências catastróficas recairão sobre o povo. No que me diz respeito, esta decisão é ainda mais inesperada visto que um decreto especial do Presidente retirou h um mês minhas condecorações, sob a acusação de genocídio. A anistia do 50º aniversário (aqui N. Hoxha faz referência à data em que se comemora a libertação do povo albanês) foi anunciada e nenhum dos antifascistas condenados injustamente foi libertado. Quanto a mim, solicito que a Justiça reexamine as decisões judiciais que me concernem, a fim de que minha inocência seja reconhecida. Eu não peço favores."

Eu sou você amanhã

A exclusão social, característica marcante do projeto neoliberal, se faz sentir duramente na Argentina. Cálculos recentes das principais consultoras privadas daquele país coincidem em dizer que o desemprego atinge entre 18,6% da população economicamente ativa. Além disso, os estudos indicam que cerca de 11% da população ativa tem empregos precários e temporários. O problema do emprego afeta um total de 3,5 milhões de pessoas. Cerca de 20 mil empresas fecharam as portas entre maio de 1994 e maio do corrente ano. É nessa base que têm se acentuado os protestos como o de cinco mil pessoas que saíram às ruas na província de San Juan no dia 26 de julho depois que o governador local decidiu cortar em 30% os salários dos funcionários que recebem mais de US\$ 400,00. "Estamos morrendo de fome", gritavam os manifestantes.

Economia cubana cresce

Começaram a dar frutos os esforços e reformas econômicas postas em prática pelo governo cubano para vencer as dificuldades que o país vive após o fim da URSS, agravadas com o bloqueio norte-americano. O PIB cubano cresceu 2% no primeiro semestre deste ano. Em 1994 o crescimento havia sido de 0,7%. O resultado é "modesto porém significativo, pois não estamos apenas resistindo mas, inclusive, começando a ganhar terreno de novo", segundo Fidel Castro, e deve-se ao aumento da produção de petróleo, níquel, eletricidade, aço, cimento, hortaliças e outros bens. Esse é também um indicio de que o pior momento da crise econômica cubana já passou.

Assine A Classe Operária

Nome.....
 Endereço.....
 Cidade.....Estado.....
 CEP.....Fone.....

- Assinatura anual (12 edições) = R\$ 20,00
- Assinatura anual de apoio = R\$ 30,00

Envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01318-020



Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates - **Correspondentes:** Calucho carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI) Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Andrea Penna, Antonio Carlos Queiroz, Ary José Rocco Jr., Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Jefferson Barros, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Luiz Aparecido, Marcos Ruy, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Sueli Scutti, Umberto Martins, Weverton Brito Lima - Projeto Gráfico: Bernardo Joffily - **Diagramação, Arte Final e Fotonito:** Editora Raiz (Fone: 011- 279.0576 - 270.8561) - **Administração:** Eriberto Muniz - **Assinaturas:** Nelson Lopes da Silva - Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01318-020 - Fone: (011) 604.4140 - Fax: (011) 606.0412.

ACRE - Rio Branco - Rua Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Rua Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - Rua Luiz Antony, 762 - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Avenida Feliciano Coelho, 882 - Bairro do trem - BAHIA - Salvador - Rua José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/ 3216622 - CEARÁ - Fortaleza - Rua São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704 BL G Casa 67 - (061) 225-8202/ 225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - Rua Professor Baltazar, 152 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Avenida Anhangüera, 3595 - Edifício São Luiz - Sala 3 - (062) 212.4014 - MARANHÃO - São Luiz - Rua Viana Vaz, 110 - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - Rua Padre Belchior, 285 - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua Maracaju, 249 - Sala 15 - MATO GROSSO - Cuiabá - Rua Comandante Costa, 548 - Fundos - (065) 321-5095 - PARA - Belém - Rua Senador Manuel Barata, 1137 - Reduto - (091) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - Rua Pedro II, 932 - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - Rua Afonso Pena, 253 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - Rua Desembargador Freitas, 1216 - (086) 221-182 - PARANÁ - Curitiba - Rua dos Batistas, 26 - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Avenida 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 (021) 240-5286/ 532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Rua Vaz Gôndin, 86 - Praça Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - Rua Tenreiro Aranha, 3216 - Olaria - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Mario Homem de Melo, 1051 - (085) 225-1545 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - Rua Dr. Vale, 142 Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Rua Anita Garibaldi, 128 - 2º andar - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - Rua Lagarto, 690 - (079) 224-8554 - SÃO PAULO - São Paulo - Rua Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 607-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962 B.

O Brasil precisa de *mais* democracia.

A Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, em sua última reunião, realizada dia 3 de julho, passou em revista a situação nacional e decidiu dirigir-se às forças aliadas, às correntes democráticas e progressistas, para em conjunto procederem a uma reflexão sobre a gravidade da situação que o país vem atravessando.

1 - A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB constata que estão em curso alterações de fundo em todos os domínios da vida nacional. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, as forças de direita deram um passo decisivo para intensificar a ofensiva neoliberal no país. Primeiramente, concentraram sua ação na reforma do capítulo da Ordem Econômica da Constituição. Com isso, desapareceram os monopólios nacionais e estatais do petróleo, das telecomunicações, do gás canalizado e da navegação de cabotagem e se extinguiu a diferença conceitual entre empresa nacional e empresa estrangeira. Dessa maneira, adulterou-se a Carta Magna do país, dela retirando-se salvaguardas fundamentais da soberania nacional.

2 - Após a aprovação dessas emendas constitucionais, pairam agora sérias ameaças aos direitos sociais dos trabalhadores. No apagar das luzes do primeiro período da atividade congressual, o governo de FHC editou Medida Provisória decretando o arrocho salarial, atirando sobre os assalariados o ônus da "estabilização" monetária. O governo acentua seu caráter antioperário. Persiste na tentativa de promover mudanças regressivas na Previdência Social, restringir o conceito de seguridade, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e abrir caminho à privatização do sistema previdenciário. Além de tudo isso, segue a ritmo acelerado a elaboração de projetos de emendas constitucionais que derrogam direitos e conquistas soci-

ais, revogam a CLT, numa tentativa de adaptar a legislação trabalhista brasileira às novas condições impostas pela globalização da economia.

3 - O quadro se completa com os projetos em tramitação no Congresso Nacional da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e da Lei Eleitoral, a que vieram juntar-se as proposições do Tribunal Superior Eleitoral. São projetos reacionários, que estabelecem, entre outras medidas antidemocráticas, uma cláusula de barreira proibitiva para os chamados pequenos partidos, o voto distrital misto e a proibição de coligações em eleições proporcionais. Tais medidas restringem ao extremo a atividade eleitoral desses partidos, negando na prática seu direito à existência legal. O objetivo é liquidar o sistema pluripartidário inscrito na Carta de 88, limitando a quatro ou cinco partidos das classes dominantes o direito de exercer a atividade política no país.

4 - Com essas e outras reformas econômicas, sociais e políticas que, a rigor, consistem na elaboração de outra Constituição, sem o poder originário da soberania popular, o Brasil vai mudando de sistema político. Desaparece a ordenação constitucional democrática estabelecida na Carta de 88 e instala-se um novo sistema institucional de caráter antidemocrático, antinacional e anti-social, inspirado no neoliberalismo.

5 - O Partido Comunista do Brasil alerta a nação, as forças democráticas, populares e nacionalistas para essa perigosa ofensiva em curso no país contra os interesses nacionais, os direitos dos trabalhadores e o regime democrático. Sob o pretexto de adaptar as instituições nacionais à "nova" or-



dem mundial, cria-se *de jure e de facto* um novo regime político, mais fechado, elitista e excludente, com características autoritárias, restritivo à participação popular e ao exercício das liberdades públicas fundamentais. Embora sem as formas draconianas do passado, na essência prepara-se o terreno para a instauração de uma ditadura disfarçada, através de um Executivo onipotente, de uma maioria conservadora, artificialmente obtida em eleições viciadas para o Congresso Nacional e do monopólio dos meios de comunicação, que impõem à sociedade o pensamento único do culto ao neoliberalismo.

Em apenas seis meses de governo, FHC tem dado mostras de seu viés autoritário e do estilo unipessoal de governar. Imita Fernando Collor, editando sucessivas medidas provisórias, restaurando, na prática, o instituto do decreto-lei da época do regime militar. Ataca com dureza o direito de greve, cerceia a liberdade sindical, ao mesmo tempo em que urde planos para silenciar a oposição.

Esse novo regime político em implantação, decorrente do neoliberalismo, tem caráter semelhante aos que vigoraram nos períodos ditatoriais, impostos à nação arbitrariamente. Na atualidade, procura-se disfarçar o arbítrio com o embuste, o entorpecimento da consciência das massas e com a atuação do Congresso, de onde emanam as mudanças institucionais com aparência de legalidade. O Congresso, porém, não tem autoridade para elaborar uma nova Carta. So-

mente uma Assembléia Constituinte teria poder e legitimidade para modificar substancialmente o regime anteriormente estabelecido.

6 - O Partido Comunista do Brasil considera que, apesar da aparência de força exibida pelo gover-

no de FHC e do êxito momentâneo de suas ações, são, no fundo, frágeis as suas posições. Cada vez mais aparecem no quadro político sinais indicadores de que o governo se isola. Os efeitos danosos para a economia do país das medidas entreguistas, da política recessiva e antioperária tem sido alvo do protesto das classes trabalhadoras e de numerosos setores do pequeno e médio empresariado das cidades e do campo. Por outro lado, a tentativa de impor um novo sistema político-institucional antidemocrático não é isenta de conflitos. O povo brasileiro nunca se conformou com os regimes fechados, arbitrários, contrários às suas aspirações de liberdade e justiça e à independência da nação. Toda vez que se instauraram regimes desse tipo, o povo lutou decididamente por todos os meios para derubá-los e reconquistar a liberdade. Não há dúvida de que também agora o povo brasileiro voltará às ações decididas contra a impostura neoliberal que se pretende institucionalizar.

7 - Nesse quadro, a Comissão Política do CC do PCdoB considera necessário intensificar a luta em defesa do regime democrático. Nas condições em que o governo e a maioria conservadora no Congresso tentam institucionalizar um regime autoritário e fechado, a luta pela democracia é indispensável para defender os direitos dos trabalhadores e os interesses nacionais. Ao defender o regime democrático, é im-

perioso lutar pelo direito de atuação legal em todos os terrenos do Partido Comunista do Brasil e de outros partidos políticos ameaçados pela legislação discriminatória que pretendem impor. O Brasil necessita de *mais* e não de *menos* democracia, de proteção aos direitos sociais e de respeito às organizações dos trabalhadores e do povo. E da afirmação positiva da soberania nacional. O Partido Comunista do Brasil, por sua atuação democrática e progressista, pela defesa da soberania nacional e dos interesses dos trabalhadores e do povo, pelos ideais socialistas que propugna, tem direito à existência legal, a eleger seus representantes ao Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, a exercer plenamente a liberdade de organização conquistada durante a redemocratização do país.

8 - Por fim, a Comissão Política do Comitê Central do PCdoB considera que são propícias as condições para o desenvolvimento das ações oposicionistas ao governo neoliberal, entreguista, antidemocrático e antipopular de FHC. Nada justifica a dispersão, a apatia nem o imobilismo das forças oposicionistas, mormente quando cresce o descontentamento popular e o governo se isola da maioria da nação. É indispensável que as correntes democráticas e progressistas intensifiquem contatos, para encontrar conjuntamente as formas de somar forças a fim de resistir e lutar contra a ofensiva antidemocrática, antinacional e anti-social em curso comandada pelo governo neoliberal de FHC.

A gravidade da situação política do país e o sentido retrógrado das mudanças na ordem econômica e social e no regime político, colocam em primeiro plano a realização de esforços pela ampliação e o aprofundamento da democracia, único caminho para alcançar êxito na luta pelos direitos do povo e em defesa dos interesses nacionais.

"As reformas violam a constituição"

Em entrevista *À Classe Operária*, o deputado federal Hélio Bicudo (PT/SP)

diz que o atual Congresso não é legítimo para fazer a reforma constitucional. Afirma que a reforma política e eleitoral tem o objetivo de inviabilizar os pequenos partidos e a democracia

Classe - Como o senhor vê a reforma política e eleitoral que o governo pretende que seja aprovada pelo Congresso Nacional?

Hélio Bicudo - Eu acho que isso viola a Constituição, que não estabelece restrições à pluralidade partidária. Na minha opinião, é errada essa visão que considera partidos apenas os grandes partidos. Os pequenos partidos são os que, muitas vezes, ao contrário dos grandes, têm o seu maior fundamento nos movimentos populares. Essa reforma tem o objetivo de retirar a participação política dos movimentos populares. Por isso, eu sou inteiramente contrário a essas imposições que impedem a constituição dos partidos políticos na sua maior amplitude.

Classe - O que o senhor acha, especificamente, do voto distrital, cláusula de barreira, e do fim das coligações?

Hélio Bicudo - Eu acho que o voto democrático é o voto proporcional. O voto distrital é o voto do poder econômico, é o voto dos caciques locais, é o voto que, até na Inglaterra, já está merecendo revisão, porque não há essa proximidade que se alardeia entre o representante e os seus eleitores. Mesmo porque, no sistema de voto distrital não precisa que o deputado pertença a um determinado distrito. Ele é designado pelo partido para concorrer por um determinado distrito. E nem se

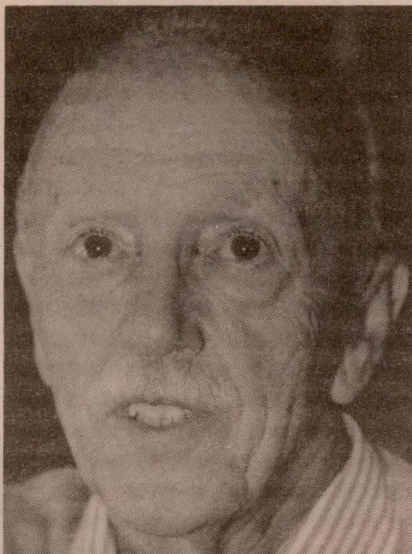
sabe como é que se vão organizar esses distritos no Brasil. Eu acho que é uma aventura, pouco democrática e que mostra que o neoliberalismo não caminha na estrada da democracia. É democracia, se possível. Se não, se volta para qualquer outro sistema, menos a democracia, como nós entendemos que ela deva ser.

Com relação à cláusula de barreira, eu acho que é outro despautério. O objetivo é restringir a participação partidária. Na minha visão, não tem sentido nenhum, na democracia, a cláusula de barreira. É para inviabilizar os partidos de menor representação no Congresso, o que não quer dizer que não tenham grande representação popular.

Quanto às coligações, eu penso que a lei dos partidos tem que dar inteira liberdade para a organização partidária. As coligações são de economia interna dos partidos. Eles é que devem decidir se é ou não, conveniente uma coligação em um determinado momento ou conjuntura política. A lei não deve estabelecer os parâmetros através dos quais os partidos devem ou não exercer um direito legítimo, que é o da coligação.

Classe - É interessante observar que o fim das coligações é só para as eleições proporcionais.

Hélio Bicudo - Exatamen-



Hélio Bicudo

te. Permaneceria a possibilidade de coligação para as eleições para cargos majoritários, onde normalmente concorrem os grandes partidos. Isso é feito exatamente para impedir o avanço dos pequenos partidos.

Classe - Com qual objetivo o governo tenta restringir esse espaço democrático?

Hélio Bicudo - Exatamente porque o neoliberalismo está sendo implantado pelo governo do presidente Fernando Henrique. Ele acredita na democracia mas não numa democracia ampla. Só numa democracia formal, numa democracia limitada, de maneira que essa visão de que apenas os grandes partidos é que devem atuar, é uma visão que distorce o princípio de participação democrática.

Classe - A esquerda pode barrar esse projeto?

Hélio Bicudo - Acho difícil que a esquerda brasileira tenha condições de barrar essa aventura neoliberal que está em curso no Brasil. Tivemos a tentativa do Col-lor e agora, não apenas uma tentativa, mas praticamente um fato consumado, através das reformas que estão sendo aprovadas pelo Congresso Nacional e que, na verdade, quebram a espinha dorsal da Constituição, criando um novo modelo de Estado. Daí porque, eu acho que essas emendas violam a Consti-

tução, seus princípios fundamentais, como por exemplo, a soberania do Estado brasileiro. E, violando a soberania do Estado, elas determinam uma violação das garantias e direitos individuais porque as nossas decisões passam a não ser tomadas pelos brasileiros, mas num fórum internacional, que dita as regras não apenas do desenvolvimento econômico mas também do desenvolvimento social, tentando acoplar esse desenvolvimento social ao desenvolvimento econômico. Na medida em que as questões econômicas que interessam aos países industrializados devam ser aprofundadas e impostas, não importa a questão social, que fica marginalizada.

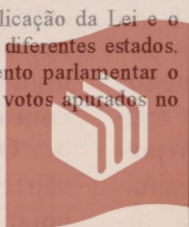
Classe - Esse Congresso é legítimo para fazer essas reformas?

Hélio Bicudo - Se fossem apenas emendas constitucionais que objetivassem o aperfeiçoamento daquilo que a Constituição já prevê, esse Congresso teria legitimidade para fazê-lo. Entretanto, não se trata disso, mas de emendas que quebram a linha traçada pela Constituição de 88, no sentido de um Estado democrático, com determinadas condicionantes que são incompatíveis com a instituição do neoliberalismo no Brasil. Ainda que se fale em social-democracia, não é isso que está em jogo. O que está em jogo é uma política que se caracteriza pelo retrocesso. Estamos retrocedendo aos anos 50, quando éramos um país exportador de matérias-primas. Hoje, temos um parque industrial de grandes dimensões, de alta tecnologia e estamos, através da entrega dos monopólios estatais, das privatizações, permitindo o sucateamento desse parque industrial, na mesma medida em que isso aconteceu na Argentina. Vamos nos transformar, novamente, em país caudatário das economias mais desenvolvidas. Seremos apenas fornecedores de matéria-prima a esses países. É o caso, por exemplo, da Lei de Patentes. Ela torna claro a intenção do governo brasileiro, de entregar aquilo que nós temos de mais relevante para o desenvolvimento do país. **(Guiomar Prates)**

Projeto de Lei Orgânica dos partidos políticos

Com o fim do recesso parlamentar e o início dos trabalhos do Congresso Nacional, existe a possibilidade do governo e seus líderes darem andamento ao processo de reforma política e eleitoral. Publicamos, abaixo, os principais pontos do Projeto de Lei Orgânica dos Partidos Políticos que tramita na Câmara e as propostas de substitutivos apresentadas no Senado

Assunto	Projeto da Câmara dos Deputados	Substitutivo do Senado
Cláusula de barreira	Terá funcionamento parlamentar o partido que obtiver um mínimo de 5% dos votos apurados, excluídos os brancos e nulos, para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles	Manteve as proposições da Câmara
Candidaturas a cargos majoritários	Proíbe o lançamento de candidaturas majoritárias aos partidos que não obtiverem 5% dos votos para a Câmara Federal	Suprime a proibição originária da Câmara
Prazo de filiação partidária	O candidato deverá estar filiado ao partido, pelo menos um ano antes do término do prazo máximo para a realização das convenções	O candidato deverá estar filiado ao partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições majoritárias e proporcionais
Perda do registro do partido	Se deixar de realizar eleições periódicas dos órgãos partidários, na forma e prazos estatutários, se deixar de inscrever candidatos à Câmara dos Deputados por dois pleitos sucessivos	Mantém o texto da Câmara
Contagem de votos para as coligações	Não trata do assunto	Os votos dados nas coligações não valem para compor o quociente de 5%. Vale apenas o voto no candidato do partido
Fundo partidário	Os recursos são distribuídos em 1% igualmente entre todos os partidos e os 99% restantes proporcionalmente aos votos obtidos nas eleições federais proporcionais apenas entre os partidos que obtiverem 5% dos votos	Mantém as propostas da Câmara
Funcionamento parlamentar dos partidos	Garante o funcionamento parlamentar do partido que, entre a publicação da Lei e o início da legislatura, tenha eleito pelo menos três deputados por três diferentes estados. Na legislatura após a aprovação da Lei, terá direito ao funcionamento parlamentar o partido que obtiver, em cada eleição para a Câmara Federal 1% dos votos apurados no país, não computados os brancos e nulos	Garante o funcionamento parlamentar ao partido que, posteriormente à publicação da Lei, tenha eleito no mínimo um deputado por cinco estados, com pelo menos 1% dos votos totais, em duas eleições consecutivas. Abre exceção aos partidos possuidores de caráter nacional historicamente reconhecidos e aos partidos cuja existência ou existência histórica ou documental, a existência por um período pretérito de 50 anos, contados da publicação da lei.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Proposta de referendo ganha força

O povo até agora está ausente dos debates sobre a reforma constitucional.

Contra isso surgiu, e está ganhando força, a proposta de convocação de um referendo para que a população possa opinar sobre as mudanças na Constituição. Nesta entrevista, o autor da proposta, o jovem parlamentar comunista Lindberg Farias, fala da sua luta pela realização do referendo

Classe - Por que convocar um referendo?

Lindberg - As emendas constitucionais existem para mudar pontualmente a Constituição. Um ponto aqui, outro ali. Foi pensando nisso que o legislador abriu espaços para as emendas. Mas o que o governo está fazendo, via medida provisória, é mudar toda a ordem constitucional. Eles estão fazendo um nova Constituição. Estão querendo implementar uma nova ordem política, econômica e social na Constituição. Tudo isso sem a participação do povo. Sem a participação do poder constituinte originário, que é o povo. Só uma Assembleia Nacional Constituinte é que poderia escrever uma outra ordem constitucional para o país.

Classe - Mas Fernando Henrique alega que foi eleito com grande votação e que, portanto, teria autorização para mudar a Constituição.

Lindberg - Isso é um sofisma. FHC, quando candidato, não falava que iria quebrar os monopólios, acabar com a previdência social. Ele não tinha esse discurso. Além disso, o povo só autoriza a fazer outra Constituição, deputados e senadores eleitos, especificamente, para esse fim, e reunidos numa Assembleia Constituinte. Outra coisa, se FHC tem tanto respaldo popular, qual o problema em ouvir o povo sobre as mudanças que ele pretende fazer na Constituição? Na verdade,

o que ele não quer é o debate. Com o referendo a população poderia participar da discussão. Teríamos tempo de TV para as duas posições, a favor e contra as reformas.

Até agora o governo, com o total apoio da mídia, vem falando sozinho.

Classe - O referendo é previsto na Constituição?

Lindberg - Sim, pelo artigo 14, que prevê a realização de plebiscitos ou referendos sempre que o Congresso Nacional achar necessário. É bom explicar a diferença entre plebiscito e referendo. O primeiro é uma consulta prévia. Já o referendo é para referendar ou não uma decisão já tomada. O que eu proponho, através de um decreto de projeto legislativo, é a realização de um referendo sobre todas essas reformas encaminhadas pelo governo.

Classe - Como surgiu a idéia do referendo sobre as reformas?

Lindberg - Essa idéia já estava circulando entre a esquerda, mas na abertura do Congresso da UNE, quando Brizola fez do referendo o tema



Lindberg Farias

de sua intervenção, a proposta ganhou mais peso e resolvemos deslanchar a campanha.

Classe - E como será a tramitação do seu projeto legislativo?

Lindberg - Ele será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça. Lá, a base governista, para criar dificuldades, pode alegar que o artigo 14 necessita de regulamentação. Ai, na hora adequada, nós entramos com um projeto regulamentando. Quando for à votação, será preciso apenas maioria simples para que o referendo seja aprovado. É importante saber que todos os juristas consultados garantiram que o artigo 14 é auto-regulamentado.

Classe - Como está a mobilização em torno da bandeira do referendo?

Lindberg - Crescendo a cada dia. Essa é uma bandeira ampla. Todos os partidos de esquerda já aderiram. Brizola, Lula, Miguel Arraes, Pedro Simon, Barbosa Lima Sobrinho, a UNE, a CUT, a OAB, a ABI, a AEPET, o Movimento dos Sem-Terra. A idéia ganha mais pessoas a cada dia que passa. Uma pesquisa do Vox Populi apontou

que mais de 70% das pessoas são favoráveis à realização do referendo. Mas nós temos que fazer com que essa campanha ganhe as ruas. O primeiro passo para isso será dado no dia do estudante, 11 de agosto. Nesta data estão programados atos de peso em São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades. Em São Paulo, teremos uma grande passeata na parte da manhã. No Rio, à noite vai haver um ato na ABI, em que já estão confirmadas as presenças de Bizola, Lula, Miguel Arraes e várias outras personalidades. Mesmo parlamentares que se identificam com o governo já se manifestaram favoráveis à convocação do referendo. Acho, inclusive, que vamos ter algumas surpresas nesse ato do dia 11 na ABI.

Classe - E como o governo vem reagindo à proposta?

Lindberg - Eles estão com medo. Os líderes da base governista já se pronunciaram contra. O jornal *O Globo* também. Estão com medo da participação popular. Acho que o governo vai reagir do seu modo preferido: fisiologismo, compra de votos. Mas não podemos desprezar o fato de que estamos perto de uma grande crise social, com uma grave recessão à caminho. Isso pode causar desagregação política da base governista. Além disso, povo na rua já cansou de virar o jogo. **(Weverton Brito, colaborador d'A Classe)**

Parlamentares discutem situação da mulher

Cerca de 200 mulheres de 17 países latino-americanos, além de Índia e Israel participaram, nos dias 28 e 29 de julho, da V Reunião da Comissão Especial da Mulher do Parlatino. Senadoras, deputadas federais e estaduais, vereadoras e representantes do movimento autônomo de mulheres, debateram e aprovaram o documento político definitivo que as parlamentares apresentarão em setembro, na IV Conferência Mundial da Mulher, promovida pela ONU em Pequim, na China.

A reunião foi fruto de proposta apresentada pelas deputadas federais Jandira Feghali e Socorro Gomes (PCdoB) durante a Conferência Preparatória, realizada em Nova York, com o objetivo de apresentar propostas comuns das parlamentares latino-americanas em Pequim. Além das duas deputadas federais, o PCdoB levou à reunião do Parlatino uma deputada estadual pelo Rio Grande do Sul, Jussara Cony, e as vereadoras Ana Martins (SP) e Majô (Bauriú), do estado de São Paulo.

A V Reunião da Comissão Especial da Mulher do Parlatino debateu, entre outras coisas, o impacto das conferências mundiais da mulher sobre o cotidiano das populações femininas, avanços e recuos da legislação sobre a mulher na América Latina e Caribe, saúde e direitos reprodutivos, violência familiar e políticas públicas de gênero. Deputadas estaduais e vereadoras também discutiram em torno de referências legislativas e ações do executivo para Estados e municípios.

Ao final o encontro foi aprovada a Declaração do Parlatino para a IV Conferência Internacional da Mulher.

O documento faz um diagnóstico das dificuldades e obstáculos enfrentados pelas mulheres em diversos setores da sociedade. Destaca que o fenômeno da feminização e reprodução da pobreza é hoje uma dramática realidade do continente latino-americano. Milhões de mulheres estão submetidas ao desemprego, a salários reduzidos, excluídas da educação, da saúde, submetidas à violência familiar.

Mais adiante a declaração acentua que a democracia e a cidadania que as mulheres aspiram supõem direitos civis, políticos, reprodutivos, econômicos, sociais, sexuais e culturais que garantam a dignidade humana, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. E declara que é necessário construir estratégias alternativas de desenvolvimento, que garantam a satisfação das necessidades e aspirações humanas, criando processos democráticos participativos, que promovam a igualdade social e de gênero. **(Olivia Rangel, jornalista)**

Juventude começa semestre com mobilização

O Dia Nacional de Luta está sendo convocado pela UNE e pela Ubes e tem quatro pontos principais: contra a reforma constitucional, referendo já; oposição a Fernando Henrique; contra os aumentos das mensalidades e os cortes de verbas para o ensino público.

A UNE e a Ubes estão preocupadas em denunciar a verdadeira feira-livre em que o Congresso se transformou, mostrando para os estudantes que estas reformas constitucionais só foram aprovadas à custa de muitos cargos barganhados nos segundo e terceiro escalões do governo e em estatais estaduais ou, no caso dos ruralistas, do perdão da dívida que tinham com o Banco do Brasil.

As duas entidades estão propondo e ganhando o apoio de diversas entidades da sociedade civil, lideranças partidárias e personalidades políticas para a proposta do re-

ferendo para saber se a população está de acordo com as reformas que Fernando Henrique impõe ao País.

No Rio, será realizado um ato no dia 11 de agosto, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), de lançamento da campanha pelo referendo.

O Dia Nacional de Luta também chama a atenção para os cortes que Fernando Henrique vem fazendo nos recursos para a educação. As universidades públicas federais, por exemplo, de acordo com a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino, Andifes, só terão 40.4% do mínimo necessário para os gastos com manutenção e novos investimentos, as chamadas verbas de OCC (Outros Custeios e Capital). As escolas técnicas federais também seguem a mesma trilha e sofrem com a política de estadualização e parcerias com empresas privadas; na prática a privatização das téc-



Orlando: "a máscara de FHC está caindo"

nicas.

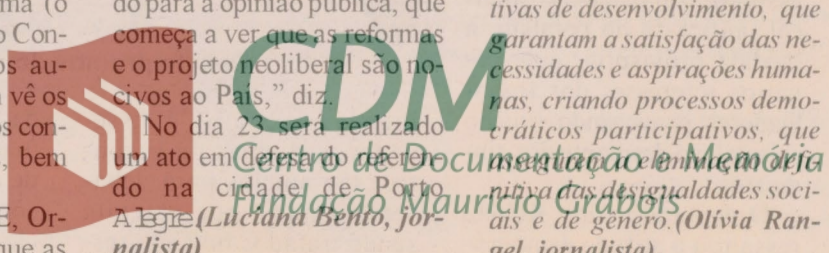
O aumento das mensalidades dispensa comentários. Fernando Henrique não pode prescindir dos votos dos donos de escola na reforma (o segundo maior lobby do Congresso), libera geral os aumentos e finge que nem vê os protestos de pais e alunos contra aumentos absurdos, bem acima da inflação.

O presidente da UNE, Orlando Júnior, acredita que as

mobilizações do dia 11 serão o chute inicial de várias outras, contra a política neoliberal de FHC: "a máscara de Fernando Henrique está caindo para a opinião pública, que começa a ver que as reformas e o projeto neoliberal são nocivos ao País," diz.

No dia 23 será realizado um ato em defesa do referendo na cidade de Porto Alegre. **(Luciana Bento, jornalista)**

Alexandre Machado



Desindexação, um ataque aos trabalhadores

O governo de Fernando Henrique Cardoso deu um "belo" presente de aniversário aos trabalhadores por ocasião da passagem de um ano do aniversário do Plano Real: a desindexação dos salários, extinguindo o IPC-r que funcionava como índice de correção. A Medida Provisória 1.053 diz que, de agora em diante, os salários serão negociados "livremente" entre patrões e empregados.

Ao invés de dar proteção aos trabalhadores de menores rendimentos, a MP resguarda os contratos financeiros, no seu artigo 4º, que podem ter indexação em qualquer período, da mesma forma que as mensalidades escolares, cujas condições podem ser livremente impostas pelos donos de escola.

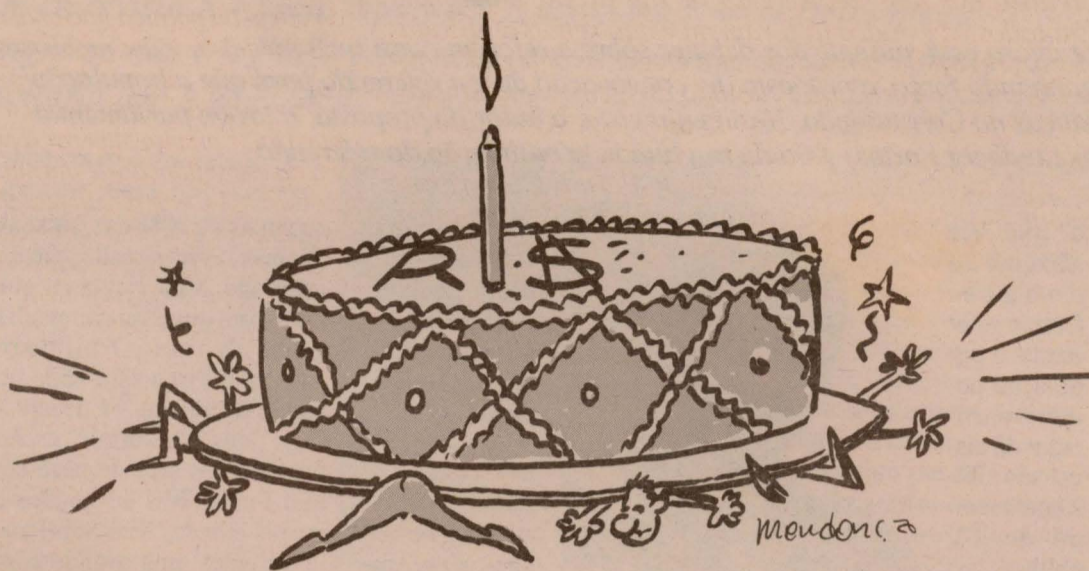
A famigerada TR continua como indexador para os contratos financeiros.

Como de costume, o governo mente, dizendo que a TR serve para defender a poupança popular. Acontece que os recursos da poupança são altamente concentrados e os custos que a indexação do mercado impõe à sociedade são sempre maiores que qualquer ganho obtido nos rendimentos da poupança.

Recessão à vista

Como se pode falar em "livre negociação" quando o país vive um quadro claramente recessivo?

No dia 10 de julho a Fiesp deu a conhecer o balanço do nível de emprego industrial em São Paulo relativo ao mês de junho: foram eliminados 15.753 postos de trabalho, sendo que 8.587 só na última



semana do mês. As previsões da entidade para os próximos meses são pessimistas, como consequência da política de juros altos e restrições ao crédito.

Em julho já se avalia que a média diária de demissões é de 360 pessoas.

O setor de comércio varejista avalia em 17% a queda

nas vendas de bens de consumo duráveis, especialmente produtos eletrodomésticos, e eletrônicos, nos últimos 60 dias.

Já o Diesse acusou um aumento de 5,15% no custo de vida das famílias paulistanas com renda entre um e trinta salários mínimos em junho. Em um ano, a inflação acumulada, de 55,09%, se considerado o resíduo de inflação em cruzeiros reais em junho do ano passado. Entre os itens que mais contribuíram para este elevado índice, estão aqueles que afetam diretamente os setores assalariados da população: os alugueis, tiveram alta de 337,30% no acumulado do ano, os gastos com educação de 112,06% e as prestações da casa própria, adquiridas pelo Sistema Financeiro da habitação, subiram 560,30% em um ano.

Neste quadro, a MP 1053 encontrou uma forte reação no meio sindical e no Congresso Nacional, mesmo considerando-se o recesso parlamentar. O Senador Coutinho Jorge (PMDB/PA), relator da Medida Provisória no Congresso Nacional, tem dito insistentemente: "Como esta a MP não passa no Congresso Nacional". Mais recentemente, procurou o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, e propôs que todos os que ganham até R\$ 300,00 por mês receberiam um reajuste equivalente a 100% da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do período de julho de 95 até a data base.

Em 1º de agosto o governo reeditou a 1.053, fazendo algumas modificações e mantendo seu conteúdo fundamental, que é o de aumentar a taxa de mais-valia, jogando sobre os ombros dos trabalhadores o peso das dificuldades do Plano Real. (Dilermando Toni)

Comunistas apresentam alternativa

Os deputados Inácio Arruda (CE), Ricardo Gomyde (PR), Jandira Feghali (RJ), Agnelo Queiroz (DF) e Aldo Rebelo (SP), todos do PCdoB, apresentaram projeto de lei dispendo sobre o salário mínimo e a política nacional de salários. A proposta tem por fundamento os princípios da livre negociação coletiva e da irreduzibilidade dos salários. "Entende-se por irreduzibilidade dos salários a manutenção do poder de compra real, preservado através de instrumentos que impeçam a defasagem em decorrência do processo

inflacionário", estabelece o projeto no seu Artigo 1º.

O Artigo 2º dispõe que a livre negociação salarial exige alguns pressupostos básicos, para que possa se realizar em condições mínimas de igualdade. Entre esses pressupostos estão a liberdade sindical, o direito de greve, e a autonomia do processo de negociação frente ao Estado. Prevê o projeto a garantia de uma antecipação salarial (gatilho) sempre que a inflação acumulada, medida pelo INPC, atingir 6%. Já o salário mínimo, pela proposta dos comunistas, seria fixado em pelo menos R\$ 180,00 a partir de 1º de maio de 1996.

Na justificativa, lembram os deputados do PCdoB, que o nosso país está entre os de maior concentração de renda do mundo. "De acordo com estudo do Banco Mundial, a participação dos assalariados brasileiros no PIB industrial, a segunda menor entre 46 países pesquisados, à frente apenas da Nigéria. Neste mesmo estudo, o Brasil apresenta a maior concentração no topo da pirâmide e o menor índice de participação base entre todos os países pesquisados. Os 20% mais ricos detêm 66,1% e os 20% de menor renda detêm apenas 2,4%", diz o projeto.

Movimento sindical se unifica no combate à medida

A Comissão de Relações de Trabalho da Assembleia Legislativa de São Paulo, presidida pelo deputado estadual Nivaldo Santana (PCdoB) promoveu, no dia 20 de julho, um debate com o relator da Medida Provisória da Desindexação, senador Coutinho Jorge, (PMDB/PA) e com o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB), da Comissão do Trabalho da Câmara Federal. O encontro reuniu sindicalistas vinculados a todas as centrais sindicais e grande número de federações.

Mesmo com opiniões bastante diferenciadas sobre o assunto, o movimento sindical unifica-se no combate à medida provisória, que fere vários interesses dos trabalhadores, provocando arrocho salarial e o desmonte dos sindicatos.

O deputado Aldo Rebelo ressaltou a atitude democrática de Coutinho Jorge, lem-



Debate promovido na Assembleia Legislativa de São Paulo

brando que é raro algum senador participar de encontros tão amplos para debater assuntos que estejam sendo tratados no Congresso Nacional. "O que se vê

na maioria das vezes, é a inacessibilidade da sociedade aos membros das comissões", disse Aldo. Segundo ele, o enfrentamento a essas medidas só será possível

com uma grande unidade dos trabalhadores, já que a correlação de forças no Congresso é extremamente desfavorável aos setores populares.

O senador Coutinho Jorge disse que o principal objetivo é ouvir os sindicalistas e que levará em consideração essas opiniões no seu relatório.

Já recebemos 186 emendas e 90% delas demonstram a preocupação com a política salarial", afirmou.

Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT, diz que a desindexação pode ser entendida também como desindexação, tamanho é o ataque que faz aos sindicatos, incentivando, de forma indireta, a criação de sindicatos por empresa.

Além de desindexar os trabalhadores, "porque impede que haja aumento de salário mas não impede a inflação" o governo, segundo Vicentinho, está incentivando a geração de riqueza para fora e não dentro do país. "pois, ao desmontar o movimento sindical, provoca demissões, férias coletivas e falências de empresas".

Em debate o projeto socialista

Partido Comunista do Brasil realiza nos dias 27, 28 e 29 de agosto a Conferência sobre o Programa Socialista. Em todos os estados já foram ou estão sendo realizadas as reuniões ampliadas dos diretórios regionais para debater e eleger os delegados que irão a Brasília, local do evento. Diversos seminários, reunindo dirigentes comunistas, intelectuais e personalidades políticas foram realizados pelo Brasil afora. A mobilização em torno da discussão do Projeto de Programa Socialista ganhou a militância do PCdoB no último mês, o que se refletiu na qualidade do debate. Para a Conferência foram convidados partidos comunistas de vários países, como Portugal, Alemanha, Dinamarca, Bélgica, Coréia, Vietnã, Cuba, entre outros. Muitos já confirmaram presença.

Sucesso de crítica e de público

Um surpreendente sucesso de crítica e público tem marcado o ciclo de debates "O Brasil precisa de um programa socialista", promovido pelo Diretório Regional do PCdoB-São Paulo. Toda segunda-feira à noite, o auditório do Sindicato dos Condutores fica lotado com mais de 200 companheiros, comunistas, filiados a outras legendas de esquerda e independentes.

O ciclo foi programado para subsidiar a discussão preparatória da Conferência Nacional de agosto, encarregada da aprovação do Programa Socialista. A seleção dos temas e dos debatedores perseguiu uma abordagem ampla e plural da investigação programática.

Cada debate coloca em pauta uma das muitas questões cruciais contidas na elaboração de um programa para o socialismo brasileiro: desde seu vínculo com o quadro atual de globalização acelerada e ofensiva neoliberal, até o exame das experiências remanescentes que sustentam a bandeira socialista, as intrincadas questões do poder político e da ordem econômica de transição. Cada tema é exposto, como regra, por um com-

panheiro dos quadros do partido e outro de alguma das várias correntes do pensamento socialista e progressista em nosso país. Um elenco de "convidados especiais" ajuda a fecundar o debate. O último dia (7 de agosto) foi reservado para uma mesa redonda com representantes de outras legendas partidárias vinculadas à causa socialista.

Ao menos para o PCdoB-São Paulo, a experiência contém algumas novidades que vale a pena registrar. Ela optou por uma discussão "para fora", que complementa e enriqueça o indispensável debate programático no interior das instâncias partidárias. Estabeleceu uma programação relativamente extensa, buscando abordar sistematicamente uma gama bastante vasta de questões programáticas ou páro-programáticas. E, por fim, decidiu cobrar uma taxa de participação (R\$ 5,00 por debate avulso, ou R\$ 20,00 para todo o ciclo), destinando o dinheiro à campanha pela construção da Escola do partido.

O sucesso da iniciativa pode ser medido pela grande presença do coletivo partidário (fazendo inveja a várias tentativas de outras legendas

de esquerda, frustradas ou semifrustradas por uma escassa participação), inclusive com um numeroso "público fixo" que tem acompanhado todos ou quase todos os debates. Outro indicativo é o afluxo e o teor das perguntas. Provavelmente isto se explica em parte por uma saudável fome de formação política e teórica, que o Regional procura saciar com o projeto da Escola e o relançamento da Comissão de Formação.

Paralelamente ao ciclo, prossegue o debate programático dentro da estrutura partidária. Dias 28, 29 e 30 de agosto, realizou-se a Reunião Ampliada do Regional-São Paulo, destinada a eleger os delegados à Conferência Regional. O Diretório decidiu transferir às direções intermediárias a indicação dos convidados para esta reunião, visando uma participação mais próxima das posições e sentimentos das bases em relação ao Projeto de Programa. A Comissão Política realizou, dia 19, uma reunião exclusivamente dedicada ao aprofundamento de algumas questões programáticas. (Bernardo Joffily, secretário de AGP do DR-SP)

Rio de Janeiro faz seminário em agosto

Foi realizada nos dias 29 e 30 a reunião ampliada da direção regional do Rio para discutir o projeto de programa socialista e eleger os 15 delegados que participarão da Conferência Nacional.

Em agosto, serão realizados quatro grandes debates.

Dia 14 de agosto - A crise do capitalismo e o modelo neoliberal, com Aloisio Teixeira, professor de economia da UFRJ; Marcos Gomes, economista e jornalista; Jandira

Feghali, deputada federal (PCdoB); Ana Rocha, presidente do PCdoB, mediadora.

Dia 17 de agosto - A saída socialista e o caminho brasileiro, com Luis Pinguelli Rosa, professor de Planejamento Energético, na UFRJ; Renato Rabelo, vice-presidente nacional do PCdoB; Edmilson Valentin, deputado estadual (PCdoB), mediador;

Dia 21 de agosto - Desafios do desenvolvimento brasileiro, com César Benjamim, do Diretório Nacional do PT;

Lindberg Farias, deputado federal (PCdoB); Sérgio Miranda, deputado federal (PCdoB). Falco Junior, da executiva do PCdoB/RJ, mediador.

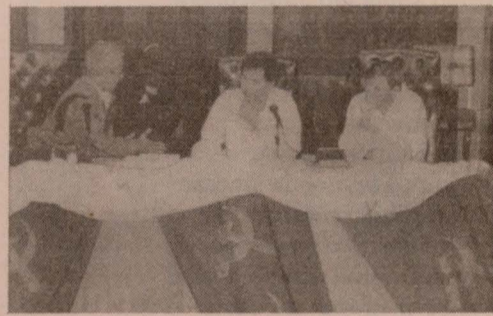
Dia 24 de agosto - Poder, Estado e democracia no socialismo, com José Paulo Netto, professor da UFRJ; Geraldo Carneiro, escritor; Luis Ferandnes, professor de Ciência Política da UFF, membro do CC do PCdoB; Marcos Oliveira, executivo PCdoB/RJ, mediador. (Weverton Brito Lima, colaborador d'A Classe).

Paraná

Nos dias 1 e 2 de julho o PCdoB do estado do Paraná realizou sua Conferência Regional com 70 delegados de mais de uma dezena de municípios. As discussões giraram em torno da situação política nacional e estadual, do projeto de Programa Socialista, e dos problemas e tarefas do partido no Paraná. A conclusão, de que há um grande potencial de crescimento para o partido, tanto política quanto organicamente e de que, para tal, é preciso superar a principal debilidade apontada que é a da consolidação de um núcleo de direção qualificado, coeso e estável. A Conferência ressaltou o importante papel que joga a unidade no processo de construção do partido, abrindo assim perspectivas para o desenvolvimento do trabalho partidário. O novo Comitê Regional eleito tem como presidente Nereu Ceni, vereador em Pato Branco, no sudoeste do estado; e como secretário-geral Milton Alves.

Santa Catarina

Nos dias 22 e 23 de julho os comunistas catarinenses realizaram sua Conferência Regional, no plenário da Assembleia Legislativa, com a finalidade principal de discutir o projeto de Programa Socialista do partido. Passaram em revista também, o quadro político nacional e estadual. Estiveram presentes cerca de 80 delegados de municípios como Criciúma, tubarão, Cahpecó, Blumenau, Florianópolis, entre outros. O evento foi amplamente divulgado em Florianópolis. Ao ato de abertura compareceram várias personalidades, inclusive o representante do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. João Ghizoni, vereador em Florianópolis e presidente do partido no estado ressaltou que o PCdoB vem crescendo entre os setores progressistas. "O exemplo mais significativo disto, o de Criciúma, onde em pouco mais de um ano passamos de uma centena para seiscentos filiados", disse Ghizoni.



Guizoni, ao centro, eleito presidente

João Ghizoni, vereador em Florianópolis e presidente do partido no estado ressaltou que o PCdoB vem crescendo entre os setores progressistas. "O exemplo mais significativo disto, o de Criciúma, onde em pouco mais de um ano passamos de uma centena para seiscentos filiados", disse Ghizoni.

Alagoas

Em 20 dias de campanha o PCdoB realizou 500 filiações no estado de Alagoas. O objetivo do Partido é chegar aos cinco mil filiados até o final de novembro.

Para receber os novos filiados foi realizado um grande ato festivo no dia 26 de maio. O evento ocorreu na sede do Partido e contou com a presença de importantes personalidades, inclusive o governador Divaldo Suruagy e o seu vice Manoel Gomes de Barros.

Entre os novos filiados estão José Nivaldo Mota, ex-presidente da Associação dos Funcionários da SEFAZ; Maria de Lourdes Brainer, diretoria do Sindicato dos Previdenciários; Marcelo Santana, diretor do Sindicato do IPD; Elizabeth Bezerra, líder dos professores; Eklivan Marcel de Oliveira, presidente do Grêmio Livre da Escola Técnica Federal de Alagoas; José Hilton Feitosa, presidente do Bloco Bonecos da Cidade; José Gerônimo Bonfim, diretor da Associação de Moradores do Trapiche.

O crescimento do PCdoB também acontece no interior do Estado. O Partido tem 17 diretórios municipais registrados regularmente e 15 municípios já com comissões provisórias.

Angra dos Reis

O vereador Paulo Benzi, de Angra dos Reis, filiou-se ao PCdoB no último dia 10, num debate promovido na Câmara Municipal.

Paulo, que há um ano e meio estava sem partido, ingressou no PCdoB por identificação com suas bandeiras de luta. Após militar 12 anos no PT, o vereador afirma que a escolha pelo PCdoB não foi difícil: "É o partido que luta diariamente em busca de melhores dias para a população e para a classe trabalhadora".

O ato e filiação contou com a presença dos deputados Jandira Feghali (federal) e Edmilson Valentin (estadual), além de membros do Diretório Regional do PCdoB no Rio e do Diretório Municipal de Angra dos Reis, que participaram de um debate sobre a soberania nacional, reforma partidária e setores naval e elétrico. A filiação de Paulo Benzi teve grande repercussão na imprensa local. Benzi é, hoje, o segundo nome mais citado nas intenções de voto para prefeito da cidade.

No dia 7 de agosto acontecerá outro ato de filiação na cidade, com o ingresso de dezenas de novos filiados, sendo que dez diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis já confirmaram a filiação ao partido. Será realizado um ato específico para comemorar a adesão dos novos militantes operários. (Renata Wernick de Freitas, colaboradora d'A Classe).

Comunista é encontrado morto em Paulo Afonso

O vice-presidente do PCdoB na cidade de Paulo Afonso, Nivanildo Barbosa Lima, foi encontrado morto no dia 22 de julho, boiando nas águas do lago da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso IV. Ele estava desaparecido desde o dia 20 de julho, por volta das 11 horas.

A morte comoveu toda a comunidade e os amigos que o conheciam. Há, entre aqueles que o acompanhavam, fortes suspeitas de assassinato, principalmente porque Nivanildo havia denunciado o grupo

de extermínio existente naquele município e estava arrolado como testemunha no processo que apurava denúncias contra esse grupo de extermínio.

Diversas entidades e a direção regional do PCdoB na Bahia, estão exigindo a apuração rigorosa do ocorrido. Renildo Souza, presidente regional do PCdoB, enviou ofício ao Secretário de Segurança Pública, Francisco Neto, exigindo agilidade nas investigações e a designação de um delegado especial para apurar o caso.

O burro e o Presidente

"Para São Francisco, dois grandes males afligiam o mundo cristão do seu tempo: a arrogância dos ricos e a arrogância dos eruditos. Diz-se que informado de haver certo doutor parisiense, dos finos, dos sutis, entrado como frade num convento franciscano, teria dito: Estes doutores meus filhos, serão a destruição da minha vida".
(Gilberto Freire, em Casa Grande e Senzala)

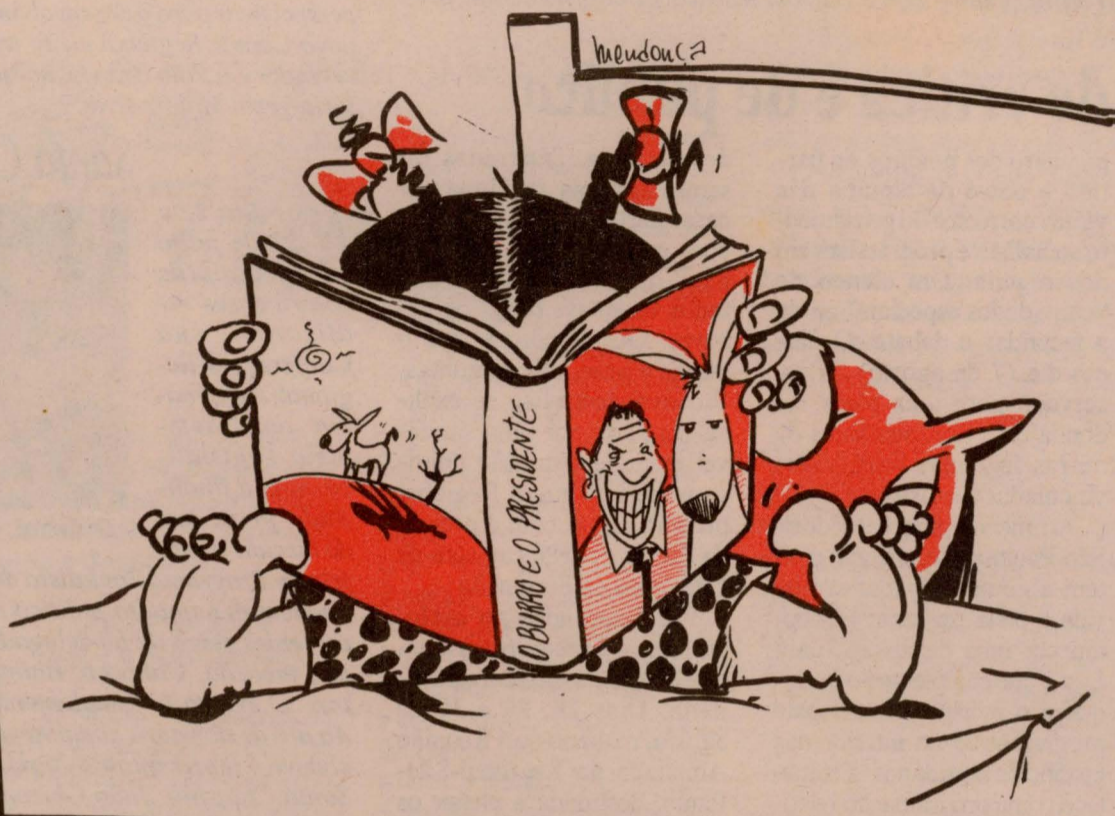
O Presidente Fernando Henrique resolveu há dias trazer o burro para o centro da polêmica nacional. "Esquecido" de seu passado, conforme anunciou solenemente ainda candidato, resolveu trocar a sociologia pela zoologia para aplicar às vicissitudes humanas.

No final das contas o burro "pagou o pato" da ignorância presidencial sobre o reino animal. Diga-se de passagem, não faz muito tempo, outro ilustre membro da corte, o ministro Serra, confessara em Pernambuco, a interlocutores estupefatos, jamais ter visto uma vaca em toda a vida.

A favor de FHC pesa o fato de não ser ele o pioneiro da má vontade contra o jericó. Antes dele, La Fontaine pintou o bicho em inúmeras fábulas com cores pouco lisonjeiras. Quem sabe o presidente tenha herdado do francês a birra em relação ao jegue.

Tivesse buscado no Nordeste algo além da "modernidade" do PFL, o primeiro mandatário poderia ter descoberto a generosidade da poesia nordestina para com o burrico.

Luiz Gonzaga elevou o jumento à condição de herói sertanejo. A municipalidade de Santana do Ipanema, sertão das Alagoas, mandou erigir uma estátua ao personagem na praça principal da cidade. Ludugero, outro vate sertanejo, menos conhecido que Gonzaga, desapareceu tragicamente em desastre aéreo em Belém do Pará, não



sem antes escrever e musicar a instituição de uma medalha ao trabalho, ou seja, ao burro.

O Presidente preferiu repetir Claudio Humberto, o porta-voz de Collor, que atribuiu a uma certa jumentalidade (*sic*) as palavras de um dos críticos de seu chefe.

Mesmo um homem como Fernando Henrique, que tudo faz para acertar o passo com a moda, acaba se traindo. Parece não perceber a bobagem embutida em classificar o comportamento dos animais segundo critérios humanos, ainda por cima impregnados de empirismo.

É o caso do burro. Alguém definiu que se trata de ser um

pouco inteligente. Pegou, tanto que uma coisa virou sinônimo da outra.

Bem brasileiro, associar trabalho físico de mais com inteligência de menos. Mas, será que só isso explica por que o burro é "burro"?

Não. O que no animal nos causa uma insuportável estranheza é a grande, imensa teimosia, combinada à ausência da docilidade e disponibilidade que se encontram, por exemplo, nos cachorrinhos bem amestrados.

O burro não está disponível, num sentido mais profundo. Ele executa, e bem, a tarefa física, mas transmite todo tempo uma impressão de alheamento, de distanciamento. É

alma que fica fora do alcance das mãos. Na nossa ignorância, decretamos então que se trata de um ente desprovido de alma. Que "burrice"!

Através destas reflexões, encontramos uma pista para responder à pergunta de Fernando Henrique (será preciso ser burro para ser de esquerda?).

Em certo sentido, sim, é necessário ter um quê de burro (o animal) para ser homem de esquerda no Brasil.

A teimosia, por exemplo, é essencial. Sem ela, fica difícil afrontar a ordem estabelecida num país política, econômica, social e culturalmente marcado por quatro séculos de escravidão, tragédia

que se perpetua no massacre cotidiano e sistemático dos trabalhadores. Ao longo de nossa história, o destino reservado aos que têm ousado combater o *status quo* vem oscilando entre a prisão, o exílio e o cemitério. Não é, convenhamos, algo propriamente estimulante.

Em contraste, quem aceita mudar de lado, aderir, dobrar a espinha e engrossar o coro dos contentes acaba recebendo os melhores prêmios em troca de seu "realismo". Puderá. Nada mais útil que homens vindos da esquerda para injetar credibilidade nas velhas teses e políticas da direita.

Mas essa não é uma linha original de investigação, nem ajuda muito a explicar a inesperada agressividade do presidente.

Quem sabe a chave para compreender o destempero verbal de Fernando Henrique não esteja naquele outro aspecto de que falávamos, na observação do estado da alma? Sim, pois também neste particular, permanecer na esquerda tem exigido um comportamento de burro (o bicho). Nos tempos bicudos que correm, em meio à multidão de Faustos, muito faz quem, como Galileu, mantém a alma inacessível, indisponível. Ainda que a resistência se limite a continuar murmurando, entre dentes: "Apesar de tudo, ela se move".

Estará o presidente com inveja de quem ainda tem alma? (Aldo Rebelo, deputado federal (PCdoB - SP) e Alon Feuerwerker, jornalista)

Na trilha do saque

A questão amazônica é, sem dúvida, a mais importante do ponto de vista geopolítico entre muitas outras graves questões que enfrenta a nação brasileira neste final de século.

"É bem conhecida, entretanto, a situação difícil em que se encontram as atuais nações hegemônicas, no campo energético e nos demais recursos minerais estratégicos. Sua dependência potencial de recursos naturais não-renováveis e do excepcional patrimônio genético dos trópicos é notável e causa essencial de suas crescentes vulnerabilidades. Esses recursos cruciais para manter o predomínio hegemônico desses países carentes têm a região amazônica

como o maior reservatório planetário. A penetração exploratória de seus agentes já se deu de maneira profunda na região, de modo predatório, destruindo o patrimônio ambiental a ponto de pôr em risco o equilíbrio termodinâmico que sustenta a vida na ecosfera. As justificativas são as "leis" de mercado, simulacros de leis que servem aos interesses sem limites dos países que dominam o mercado internacional. Nesse sistema, os patrimônios naturais insubstituíveis nada valem, verdadeiros "nichos de vida" são arrasados inapelavelmente. Tudo isso sem qualquer consequência positiva para as povoações locais, salvo miséria e depredação.



O livro de Marcos Kowarick explica detalhadamente os fatos que vêm ocorrendo nessa riquíssima região amazônica do continente brasileiro. Além disso, é abrangente e

contém um acervo de informações preciosas e essenciais para evidenciar com fatos o que está ocorrendo na região, fruto de uma política antinacional de dilapidação de patrimônio crucial para o povo brasileiro e resultado de interesses inconfessáveis de origem externa.

Este livro de Marcos Kowarick vem em momento oportuno, em que potências estrangeiras ameaçam essa parte inponderável do nosso território, quer diretamente, com ações militares nas fronteiras, quer indiretamente, por meio de nefanda lei de patentes, que objetiva a privatização do patrimônio genético dos trópi-

cos úmidos, localizado substancialmente nessa região. Fica evidente que a ocupação já está em marcha, fruto de políticas contrárias aos nossos mais legítimos interesses e conduzidas por maus brasileiros, em nome de falsos objetivos econômicos. Trata-se de uma contribuição inestimável, que visa superar o bloqueio dos meios de comunicação de massa, que apresentam versões falsas, deformadas. Nessas condições é um livro engajado na defesa de profundos e legítimos interesses do povo brasileiro e da nação." (José Walter Bautista Vidal, na apresentação do livro 'Amazônia Carajás, na Trilha do Saque' de Marcos Kowarick)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Corrêa de Mar-
cos Kowarick